

CADERNO DE ENCARGOS

“CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE 5 VIATURAS COM TRACÇÃO ÀS QUATRO RODAS (4x4)”

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de cinco viaturas com tração às quatro rodas (4x4), de acordo com a identificação, características e requisitos constantes das especificações técnicas em anexo.

Cláusula 2.ª

Entidade Pública Contratante

A entidade que preside ao concurso é o Município do Marco de Canaveses, com a morada no Largo Sacadura Cabral – 4630-219 Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: telefone nº 255 538 800 e e-mail a.compras@cm-marco-canaveses.pt e plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) O presente Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço base

1. O Preço Base do procedimento é de **269 105,70 €** (duzentos e sessenta e nove mil cento e cinco euros e setenta

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

cêntimos) e representa o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, tendo por base a consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP, distribuído pelos seguintes lotes:

2.1. Lote 1 - **54 065,04 €**

2.2. Lote 2 - **49 593,50 €**

2.3. Lote 3 – **50 813,01 €**

2.4. Lote 4 – **65 381,65 €**

2.5. Lote 5 – **49 252,50 €**

3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas com mão-de-obra, abrangendo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, assim como todos os aspetos logísticos e instalação necessários às prestações em causa, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. Os preços referidos são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª-A

Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar informal ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base **da cláusula 4 (Preço base)**, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 5.ª

Prazo

1. O presente contrato produz efeitos após a data da celebração do contrato escrito e a efetiva entrega dos bens objeto do presente contrato.

2. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens pelo adjudicatário, bem como o cumprimento de todas as demais obrigações, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

encargos e seus anexos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 6.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) os preços constantes das propostas adjudicadas.
2. Os preços referidos no número anterior não podem, em qualquer caso, ser superiores aos preços base definido na cláusula 4.ª.
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os relativos a impostos, ao transporte das viaturas objeto do contrato para o respetivo local de entrega, manutenção programada, e demais obrigações constantes das cláusulas técnicas, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

Cláusula 7.ª

Obrigações do Adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a fornecer os bens, objeto do presente contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega dos bens;
- c) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos bens;
- d) Obrigação de garantia dos bens objeto do contrato;
- e) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município do Marco de Canaveses relativos à entrega dos bens identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do (s) seu (s) profissional (ais);
- f) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- g) Não ceder, sem prévia autorização da entidade adjudicante, a sua posição contratual no contrato celebrado com esta;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- h) Não alterar as condições do contrato dos bens fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são efetuadas as prestações objeto do presente contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- l) O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2. O título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8ª

Conformidade e operacionalidade das viaturas

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município de Marco de Canaveses os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. As viaturas objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O Adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues e ao longo do período contratual.

Cláusula 9ª

Entrega dos Bens Objeto do Contrato

1. As viaturas objeto do contrato devem ser entregues e colocados no local indicado pelo Município de Marco de Canaveses, nomeadamente no Edifício das Oficinas Municipais, **no prazo máximo de 90 dias**, após a celebração do contrato, de acordo com o definido no presente caderno de encargos.

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização, ou funcionamento daquele, bem como as respetivas fichas técnicas.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 10ª

Verificação de Execução

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de verificação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar ao Município de Marco de Canaveses toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 11ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso da verificação prevista na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova verificação de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 12ª

Condições de Pagamento

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a entrega dos bens e cumprimento das obrigações objeto deste caderno de encargos e sua aprovação,
3. Das faturas deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução e consequente não reconhecimento da obrigação.
- 4 - Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida

Cláusula 13.ª

Atraso nos pagamentos

1. Em caso de atraso da Entidade Adjudicante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do contrato, tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.
2. A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária.

Cláusula 14ª

Incumprimento do contrato

1. No caso de o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 10 (dez) dias para efeitos de audiência prévia, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o Município de Marco de Canaveses tenha perdido interesse na aquisição dos bens.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato com o fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais

Cláusula 16.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- a. Pelo atraso na entrega dos bens de 1 a 5 dias úteis - 2% do preço contratual;
 - b. Pelo atraso na entrega dos bens de 6 a 10 dias úteis - 5% do preço contratual;
 - c. Pelo atraso na entrega dos bens superior a 10 dias úteis - 15% do preço contratual;
 - d. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, poderá ir até 20% do preço contratual;
3. Pelo incumprimento das restantes obrigações, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20% do valor contratual.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária que poderá ir até 20% do valor contratual.
5. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 9 da presente cláusula.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
7. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
9. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
10. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nas seguintes situações
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma, resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV – Resolução de Litígios

Cláusula 20.ª

Foro competente para a resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, através de correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. O concorrente fica obrigado a apresentar declaração com a indicação do endereço eletrónico para efeitos de comunicações e notificações, sob pena de exclusão.

CAPÍTULO V – Caução

Cláusula 22.ª

Caução

1. Não é exigível prestação de caução ao abrigo do art.º 88.º, n.º 2 do CCP.
2. A entidade adjudicante pode, caso considere conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme o previsto no art.º 88.º, n.º 3 do mesmo diploma legal indicado no n.º anterior.

CAPÍTULO VI – Disposições Finais

Cláusula 23.ª

Obrigação da manutenção das propostas

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

Cláusula 24.ª

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Caso o adjudicatário, por razões de natureza excecional, necessite de realizar quaisquer partes de serviços por subadjudicação ou por tarefa, requererá previamente, como indicado no número anterior, a autorização à entidade adjudicante, indicando o adjudicatário, prestador ou tarefeiro a que pretende recorrer. Deve fazer acompanhar tal solicitação de elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do subadjudicatário que propõe.
3. A entidade adjudicante reserva-se no direito de aceitar ou não a utilização dos subadjudicatários propostos, tendo em consideração o previsto no art.º 320.º do CCP.
4. No caso de existir subcontratação, o cocontratante permanecerá integralmente responsável perante a entidade adjudicante, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 25.ª

Informação e sigilo

1. O concorrente deve prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o primeiro outorgante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. O concorrente deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 26ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

Cláusula 27ª

Colaboração recíproca

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessários à boa execução do contrato.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa e, quando aplicável, comunitária em vigor, ao tempo da publicação do anúncio.

Cláusula 29.ª

(Proteção de dados)

1. O Adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:

- a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Entidade Adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a Entidade Adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adota todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
- d) Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
- e) Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à Entidade Adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- f) Prestar assistência à Entidade Adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- g) Consoante a escolha da Entidade Adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

h) Disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado.

2. A Entidade Adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Adjudicatário para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.

3. Caso o Adjudicatário não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Entidade Adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do Adjudicatário, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.

4. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Adjudicatário, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Adjudicatário, este deverá, no prazo de 10 dias, por fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Entidade Adjudicante.

6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a Entidade Adjudicante resolver o contrato.

7. Caso o Adjudicatário impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente cláusula, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do Adjudicatário.

Cláusula 30.ª

(Termos de desempenho ambientais)

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.

2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

PARTE II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 31.ª

Âmbito e Conteúdo dos bens a fornecer

1 - Sem prejuízo das obrigações previstas na cláusula 7.ª do Caderno de Encargos, os bens objeto do contrato devem ser fornecidos com todos os elementos que permitam a sua total operacionalidade, e dotados das quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais os previstos no presente Caderno de Encargos.

2 - Quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais dos bens objeto do contrato:

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

NOTA PRÉVIA: Nos termos e para cumprimento ao disposto no n.º 8 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, é proibida a fixação de especificações técnicas que façam referência a um fabricante ou uma proveniência determinados, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, que tenha por efeito favorecer ou eliminar determinadas entidades ou determinados bens, pelo que toda e qualquer referência no presente procedimento ao abrigo do exposto é meramente indicativa, considerando-se sempre essa indicação como sendo “do Tipo” ou “Equivalente”, de acordo com estabelecido no n.º 9 do mesmo artigo.

1) ESPECIFICAÇÕES GERAIS – LOTE 1:

1.1 1 viatura tipo «pick-up» com tração às quatro rodas (4x4), equipada com Kit para extinção de incêndios rurais/multiusos

- Tração 4x4 com bloqueio ao diferencial;
- Cor Branca;
- Cabine Dupla;
- Lotação para cinco passageiros;
- Motor diesel;
- Cilindrada mínima 1898cm³;
- Potência igual ou superior a 150cv;
- Carga útil mínima de 1050Kg;
- Jantes de 17 polegadas ou superior;
- Corte de corrente;
- Sistema de travagem por discos ventilados à frente e de tambor à retaguarda;
- Ar condicionado;
- Aplicação de tinta tipo *raptor* ou equivalente, na caixa de carga;
- Pneu suplente;
- Maca de lona, dobrável e lavável de 8 pegas;
- Kit de EPI para motosserrista (perneiras ajustáveis, manguitos, óculos e luvas);
- Guincho elétrico com comando à distância e pelo menos 30m de cabo, com capacidade de tração igual ou superior a 5800kg;
- Grelha frontal de proteção aos embates em árvores;
- Bola de reboque com kit elétrico;
- Reforço de molas adequado ao peso do veículo, tendo em vista a sua função e peso carregável;
- Lanterna portátil, de 600 lumen ou mais, à prova de água, com autonomia mínima de 3 horas na intensidade máxima, recarregável no habitáculo do veículo em suporte fixo próprio;
- 2 projetores de iluminação orientáveis e amovíveis de pelo menos 100 W, um montado à frente da cabina e um na traseira da viatura;
- 1 Saco de primeiros socorros com tesoura de socorrista, pulsoxímetro portátil, torniquete, soro fisiológico, *pocket-mask* e material de penso diverso;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- 1 cinta de reboque com pelo menos 6 metros, suficientemente robusta para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- Caracterização/decoração do veículo, tendo por base a decoração-tipo dos veículos da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, com as devidas adequações dos logotipos, em vinil prismático de nível 3.

Kit de intervenção para extinção de incêndios rurais/multiusos (amovível):

- Depósito de água com capacidade igual ou superior a 400L e tampão de abertura rápida e respiro de segurança;
- Motobomba de baixa pressão, com potência máxima igual ou superior a 6,5cv, pressão com capacidade de 7,5bar ou superior e função de autoabastecimento do depósito, com absorvo e pinha;
- Uma entrada com mínimo de 150mm para abastecimento direto do depósito;
- Uma entrada com mínimo de 52mm do tipo storz para abastecimento do depósito;
- Duas saídas do tipo storz de 25mm;
- Entrada para abastecimento de mangueira chupador;
- Carretel para 100m de mangueira com ligações storz de 20mx25mm;
- 5 lanços de mangueira com ligações storz de 20mx25mm;
- Agulheta para mangueira com ligações storz de 20mx25mm;
- Calhas de fixação à caixa carga de forma a tornar o Kit amovível;
- Estrutura metálica envolvente ao Kit com suportes para as ferramentas/equipamentos;

Equipamentos/ferramentas a instalar no kit:

- Dois batedores florestais de tiras, para combate a incêndios rurais;
- Uma ferramenta do tipo «MAGA» ou equivalente;
- Uma pá de bombeiro;
- Uma enxada;
- Uma motosserra a gasolina do tipo «STIHL MS391» ou equivalente, com 45 cm de lança/guia;
- Um extintor ABC 6kg;
- 2 jerricans metálicos de 5L e respetivas ponteiras.

Devem ser incluídos todos os trabalhos, equipamentos, peças e acessórios necessários para instalação, fixação/suporte e bom funcionamento de todos os equipamentos e ferramentas relativos ao Lote 1.

Garantias:

- Da viatura: no mínimo 5 anos de garantia;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- Das máquinas e equipamentos: no mínimo 3 anos de garantia;
- Da decoração em vinil prismático: no mínimo 10 anos de garantia;
- Dos demais serviços e materiais: no mínimo 3 anos de garantia.

2) ESPECIFICAÇÕES GERAIS – LOTE 2:

2.2 1 viatura tipo «pick-up» com tração às quatro rodas (4x4), a equipar com Kit para extinção de incêndios rurais/multiusos (do cliente);

- Tração 4x4 com bloqueio ao diferencial;
- Cor Branca;
- Cabine Dupla;
- Lotação para cinco passageiros;
- Motor diesel;
- Cilindrada mínima de 1898cm³;
- Potência igual ou superior a 150cv;
- Carga útil mínima de 1050Kg;
- Jantes de liga leve de 17 polegadas ou superior;
- Corte de corrente;
- Sistema de travagem por discos ventilados à frente e de tambor à retaguarda;
- Ar condicionado;
- Aplicação de tinta tipo «Raptor» ou equivalente, na caixa de carga;
- Pneu suplente;
- Maca de lona, dobrável e lavável de 8 pegas;
- Kit de EPI para motosserrista (perneiras ajustáveis, manguitos, óculos e luvas);
- Guincho elétrico com comando à distância e pelo menos 30m de cabo, com capacidade de tração igual ou superior a 5800kg;
- Grelha frontal de proteção aos embates em árvores;
- Bola de reboque com kit elétrico;
- Reforço de molas adequado ao peso do veículo, tendo em vista a sua função e peso carregável;
- Lanterna portátil, de 600 lumen ou mais, à prova de água, com autonomia mínima de 3 horas na intensidade máxima, recarregável no habitáculo do veículo em suporte fixo próprio;
- 2 Projetores de iluminação orientáveis e amovíveis de pelo menos 100 W, um montado à frente da cabina e um na traseira da viatura;
- 1 Saco de primeiros socorros com tesoura de socorrista, pulsoxímetro portátil, torniquete, soro fisiológico, *pocket-mask* e material de penso diverso;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- Caracterização/decoração do veículo, semelhante à decoração-tipo dos veículos da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, com as devidas adequações dos logotipos, em vinil prismático de nível 3 e pelo menos 10 anos de garantia;
- Recolha nas instalações do cliente de Kit de intervenção para extinção de incêndios rurais/multiusos (do cliente) e instalação na viatura nova, sobre calhas de fixação à caixa de carga, de forma a que o kit fique amovível;
- 1 cinta de reboque com pelo menos 6 metros, suficientemente robusta para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- 2 jerricans metálicos de 5L e respetivas ponteiras;

Devem ser incluídos todos os trabalhos, equipamentos, peças e acessórios necessários para instalação, fixação/suporte e bom funcionamento de todos os equipamentos e ferramentas relativos ao Lote 2.

Garantias:

- Da viatura: no mínimo 5 anos de garantia;
- Das máquinas e equipamentos: no mínimo 3 anos de garantia;
- Da decoração em vinil prismático: no mínimo 10 anos de garantia;
- Dos demais serviços e materiais: no mínimo 3 anos de garantia.

3) ESPECIFICAÇÕES GERAIS – LOTE 3:

3.2 1 viatura tipo «pick-up» com tração às quatro rodas (4x4), a equipar com Kit para extinção de incêndios rurais/multiusos (do cliente);

- Tração 4x4 com bloqueio ao diferencial;
- Cor Branca;
- Cabine Dupla;
- Lotação para cinco passageiros;
- Motor diesel;
- Cilindrada mínima de 1898cm³;
- Potência igual ou superior a 150cv;
- Carga útil mínima de 1050Kg;
- Jantes de liga leve de 17 polegadas ou superior;
- Corte de corrente;
- Sistema de travagem por discos ventilados à frente e de tambor à retaguarda;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- Ar condicionado;
- Aplicação de tinta tipo «Raptor» ou equivalente, na caixa de carga;
- Pneu suplente;
- Maca de lona, dobrável e lavável de 8 pegas;
- Kit de EPI para motosserrista (perneiras ajustáveis, manguitos, óculos e luvas);
- Guincho elétrico com comando à distância e pelo menos 30m de cabo, com capacidade de tração igual ou superior a 5800kg;
- Grelha frontal de proteção aos embates em árvores;
- Bola de reboque com kit elétrico;
- Reforço de molas adequado ao peso do veículo, tendo em vista a sua função e peso carregável;
- Lanterna portátil, de 600 lumen ou mais, à prova de água, com autonomia mínima de 3 horas na intensidade máxima, recarregável no habitáculo do veículo em suporte fixo próprio;
- 2 Projetores de iluminação orientáveis e amovíveis de pelo menos 100 W, um montado à frente da cabina e um na traseira da viatura;
- 1 Saco de primeiros socorros com tesoura de socorrista, pulsoxímetro portátil, torniquete, soro fisiológico, *pocket-mask* e material de penso diverso;
- 1 cinta de reboque com pelo menos 6 metros, suficientemente robusta para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- Caracterização/decoração do veículo, semelhante à decoração-tipo dos veículos da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, com as devidas adequações dos logotipos, em vinil prismático de nível 3;
- Recolha nas instalações do cliente de Kit de intervenção para extinção de incêndios rurais/multiusos (do cliente, e já dotado de estrutura metálica envolvente ao kit com suportes para as ferramentas/equipamentos, depósito, motobomba de alta pressão, mangueira, agulheta e absorvos) e sua instalação na viatura nova, sobre calhas de fixação à caixa de carga, de forma a que o kit fique amovível.

Equipamento sapador a instalar no kit:

- Dois batedores florestais de tiras, para combate a incêndios rurais;
- Uma ferramenta do tipo «MAGA» ou equivalente;
- Uma pá de bombeiro;
- Uma enxada
- Uma motosserra a gasolina do tipo «STIHL MS391» ou equivalente, com 45 cm de lança/guia;
- Um extintor ABC 6kg;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- 2 jerricans metálicos de 5L e respetivas ponteiras;

Devem ser incluídos todos os trabalhos, equipamentos, peças e acessórios necessários para instalação, fixação/suporte e bom funcionamento de todos os equipamentos e ferramentas relativos ao Lote 3.

Garantias:

- Da viatura: no mínimo 5 anos de garantia;
- Das máquinas e equipamentos: no mínimo 3 anos de garantia;
- Da decoração em vinil prismático: no mínimo 10 anos de garantia;
- Dos demais serviços e materiais: no mínimo 3 anos de garantia.

4) ESPECIFICAÇÕES GERAIS – LOTE 4:

4.1 1 viatura tipo «pick-up» com tração às quatro rodas (4x4), para

Serviço Municipal de Proteção Civil

- Tração 4x4 com bloqueio ao diferencial;
- Cor Branca, incluindo para-choques frontal e traseiro;
- Cabine Dupla;
- Lotação para cinco passageiros;
- Motor diesel;
- Cilindrada mínima de 1898cm³;
- Potência igual ou superior a 150cv;
- Carga útil mínima de 1050Kg;
- Corte de corrente;
- Sistema de travagem por discos ventilados à frente e de tambor à retaguarda;
- Ar condicionado;
- Jantes de liga leve de 18 polegadas ou superior;
- Pneu suplente;
- Aplicação de tinta tipo *raptor* ou equivalente, na caixa de carga;
- Hard Top com Portas Laterais Alpha CMX ou equivalente, com portas laterais em fibra de vidro, as portas com abertura para cima, luz interior LED automática, spoiler incluído na cor do veículo, porta da bagageira robusta e reforçada, com vidro escurecido embutido, dobradiças, ferragens e fechaduras em aço inoxidável;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- Guincho elétrico com comando à distância e pelo menos 30m de cabo, com capacidade de tração igual ou superior a de 5800kg;
- Grelha frontal de proteção aos embates em árvores;
- Bola de reboque com kit elétrico;
- 4 Strobes Led Dual Color Azul/Branco com máximo de 133mm X44mmX13mm, com 10Leds de 3w cada com certificações R65, R10, IP67 (2 na traseira e 2 na frente da viatura);
- Ponte led com sinalizadores luminosos de marcha de urgência de cor azul, com pelo menos 120cm de comprimento, instalada de forma a que num angulo 360° sejam visíveis pelo menos a 100 metros de distância e sirene e amplificador de 100w a 200W, suportando até 2 speakers com 9 saídas autoalimentadas para iluminação e sistemas, com seguintes toques: Wail, Yelp, Piercer, Manual Siren e Airhorn. Com comando com microfone incorporado e com botões para controlo de Iluminação, botões para toques, visor para divisor de trafico e 4 altifalantes de 100W Slim com 8 Ohm.
- Conversor de corrente de onda pura de 12V DC para 200-240V AC com 1750W de potência de onda e 1000W de potencia nominal, automático standby, com remote, proteção para aquecimento com aviso luminoso e sonoro com as seguintes certificações EN 60950 1 EN 55022 class A; EN 55024 , EN 61000 3 2, 3 3 , EN 61000 4 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, CISPR 25, ISO 7637 2, incluindo bateria de gel puro 90 AMP de ciclos profundos, controlador de cargas das baterias por Diodo (3 saídas 100A), protetor de baterias inteligente 12/24V-100A, ficha auto eject para carregamento externo, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários;
- 1 Leitor de mapas (Fixo) no habitáculo, junto ao pilar A do lado direito;
- Aplicação de 2 terminais 230V com IP (caixa de carga);
- Aplicação de terminal 230V com IP (habitáculo);
- 2 lanternas portáteis, de 600 lumen ou mais, à prova de água, com autonomia mínima de 3 horas na intensidade máxima, recarregável no habitáculo do veículo em suporte fixo próprio;
- 2 projetores de iluminação orientáveis e amovíveis de pelo menos 100 W, um montado à frente da cabine e um na traseira da viatura;
- Motosserra tipo Sthil MS 391 ou equivalente, com lança de 50cm;
- 1 Rádio portátil SIRESP, tipo SEPURA STP9038 ou equivalente, acompanhado de 1 bateria suplementar e 1 base de carregamento, com instalação elétrica e fixação robusta no interior do habitáculo ao alcance do condutor e do passageiro da frente, e capacidade para carregamento simultâneo do rádio (com a bateria instalada) e da bateria suplementar;
- Maca de lona, dobrável e lavável de 8 pegs;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- 2 cintas de reboque com pelo menos 6 metros, suficientemente robustas para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- 1 extintor de pó químico de 6kg e 1 extintor de Co2 de 5 Kg, fixados em suportes próprios na caixa de carga;
- 1 Saco de primeiros socorros com tesoura de socorrista, pulsoxímetro portátil, torniquete, soro fisiológico, *pocket-mask* e material de penso diverso;
- Caracterização/decoração do veículo, tendo por base a decoração-tipo dos veículos da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, com as devidas adequações dos logotipos, em vinil prismático de nível 3.

Devem ser incluídos todos os trabalhos, equipamentos, peças e acessórios necessários para instalação, fixação/suporte e bom funcionamento de todos os equipamentos e ferramentas relativos ao Lote 4.

Garantias:

- Da viatura: no mínimo 5 anos de garantia;
- Das máquinas e equipamentos: no mínimo 3 anos de garantia;
- Da decoração em vinil prismático: no mínimo 10 anos de garantia;
- Dos demais serviços e materiais: no mínimo 3 anos de garantia.

5) ESPECIFICAÇÕES GERAIS – LOTE 5:

5.1 1 viatura tipo «SUV/CROSSOVER» com tração às quatro rodas (4x4), para Serviço Municipal de Proteção Civil

- Tração 4x4;
- Cor Branca, incluindo para-choques frontal e traseiro;
- Lotação para cinco passageiros;
- Motor diesel;
- Ar condicionado;
- Jantes de liga leve de 17 polegadas ou superior;
- Pneu suplente;
- Bola de reboque com kit elétrico;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- 8 Strobes Led Dual Color Azul/Branco com certificações R65, R10, IP67 e no mínimo 8 anos de garantia (2 na traseira, 2 na frente, 2 na lateral esquerda e 2 na lateral direita da viatura) com comandos ao alcance do condutor;
- Sirene e amplificador de 100w a 200W, com seguintes toques: Wail, Yelp, Piercer, Manual Siren e Airhorn, com comandos ao alcance do condutor;
- Speaker/Altifalante com mínimo de 100w e microfone ao alcance do condutor;
- Conversor/Inversor 12/230v 2000/4000W Onda Pura;
- Aplicação de 2 terminais 230V com IP (bagageira);
- Aplicação de terminal 230V com IP (habitáculo);
- 1 Leitor de mapas (Fixo) no habitáculo, junto ao pilar A do lado direito;
- 2 lanternas portáteis, de 600 lumen ou mais, à prova de água, com autonomia mínima de 3 horas na intensidade máxima, recarregável no habitáculo do veículo em suporte fixo próprio;
- Motosserra tipo Stihl MS 881 ou equivalente, com lança de 75 cm;
- 1 Rádio portátil SIRESP, tipo SEPURA STP9038 ou equivalente, acompanhado de 1 bateria suplementar e 1 base de carregamento, com instalação elétrica e fixação robusta no interior do habitáculo, ao alcance do condutor e capacidade para carregamento simultâneo do rádio (com a bateria instalada) e da bateria suplementar;
- Maca de lona, dobrável e lavável de 8 pegas;
- 2 cintas de reboque com pelo menos 6 metros, suficientemente robustas para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- 1 Saco de primeiros socorros com tesoura de socorrista, pulsoxímetro portátil, torniquete, soro fisiológico, *pocket-mask* e material de penso diverso;
- Caracterização/decoração do veículo, com logotipos do Serviço Municipal de Proteção Civil no capot, nas 2 portas da frente e na porta traseira.

Devem ser incluídos todos os trabalhos, equipamentos, peças e acessórios necessários para instalação, fixação/suporte e bom funcionamento de todos os equipamentos e ferramentas relativos ao Lote 5.

Garantias:

- Da viatura: no mínimo 3 anos de garantia;
- Das máquinas e equipamentos: no mínimo 3 anos de garantia;

MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

- Da decoração em vinil prismático: no mínimo 10 anos de garantia;
- Dos demais serviços e materiais: no mínimo 3 anos de garantia.

6) RECEÇÃO DOS VEÍCULOS

- 2.1. Com a entrega dos veículos, proceder-se-á à sua vistoria e, reconhecendo-se que estão de acordo com as condições exigidas, elaborar-se-á de imediato um auto de receção dos veículos que é assinado por representantes de cada entidade adjudicante do agrupamento e do adjudicatário.
- 2.2. Se, no decurso da vistoria, se verificar que os veículos não satisfazem todas as exigências do presente caderno de encargos ou não se encontram nas condições estabelecidas, os mesmos não serão recebidos, ficando tal decisão a constar de auto que se elaborará e assinará nos termos do número anterior.
- 2.3. No caso previsto no ponto anterior o adjudicatário fica obrigado a proceder, no prazo a definir pela entidade adjudicante, à substituição dos elementos defeituosos e/ou realização dos trabalhos necessários para eliminar todos os defeitos, devendo, após a entrega, ser efetuada nova vistoria, para verificação do disposto nos pontos anteriores.
- 2.4. Para efeitos da vistoria referida no ponto 2.1, o adjudicatário efetuará todos os ensaios e demonstrações compatíveis com as características dos veículos determinados pelos representantes da entidade adjudicante, para verificação das suas características e funcionamento, manobrabilidade, segurança e robustez.

7) DOCUMENTAÇÃO HOMOLOGAÇÃO e LEGALIZAÇÃO

- 3.1. Os veículos devem ser entregues com as homologações das alterações/transformações efetuadas e respetiva legalização junto do IMT, de acordo com as exigências do Código da Estrada e restante legislação aplicável;
- 3.2. Juntamente com cada veículo de cada uma das tipologias serão entregues todos os equipamentos, e ou documentos exigidos pelo Código da Estrada e restante legislação complementar.
- 3.3. Os veículos devem reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública, nomeadamente, no que respeita às normas nacionais e comunitárias de proteção do ambiente.